

IV SEMANA DO CONHECIMENTO

COMPARTILHANDO E FORTALECENDO REDES DE SABERES

6 A 10 DE NOVEMBRO DE 2017



Marque a opção do tipo de trabalho que está inscrevendo:

Resumo

Relato de Caso

PET-Saúde GraduaSUS: construindo caminhos na Saúde Mental

AUTOR PRINCIPAL: Jessica Somensi Comin

CO-AUTORES:

ORIENTADOR: Robert Filipe dos Passos

UNIVERSIDADE: Universidade de Passo Fundo

INTRODUÇÃO:

Este relato apresenta como o Programa de Educação pelo Trabalho PET-Saúde/GraduaSUS–Passo Fundo tem sido um disparador de produção de conhecimento e problematização das práticas dos profissionais, estudantes e professores da saúde vinculados de alguma forma ao SUS. O estágio é realizado na Secretaria Municipal de Saúde, no Núcleo de Saúde Mental, setor responsável por encaminhar as internações compulsórias, principalmente de sujeitos que fazem uso problemático de drogas. Foi a partir destas inquietações geradas ao vivenciar este cotidiano de trabalho, que busquei aprofundar os estudos no tema do cuidado com pessoas que fazem uso problemático de drogas, em especial acerca da estratégia da Redução de Danos (RD). A RD se caracteriza pela prática de minimizar os danos advindos do consumo abusivo de drogas, além de respeitar a autonomia do usuário. Desta forma, concluo que é necessário estudar tal prática para garantir o cuidado em saúde mental de acordo com a Reforma Psiquiátrica.

DESENVOLVIMENTO:

O trabalho do Núcleo de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Passo Fundo objetiva organizar os serviços existentes na rede referente ao cuidado em saúde mental, desde a atenção básica até o atendimento de alta complexidade. Dentre os serviços, há um setor que organiza as internações compulsórias, o qual desenvolvo o estágio. Nesse espaço, tive a oportunidade de conhecer algumas práticas utilizadas para o cuidado com pessoas que fazem uso problemático de drogas. A partir desta experiência surgiu o interesse em pesquisar outras práticas de cuidado neste âmbito, que valorizasse a autonomia do usuário. Assim, surge como proposta de pesquisar a prática de Redução de Danos (RD).

IV SEMANA DO CONHECIMENTO

COMPARTILHANDO E FORTALECENDO REDES DE SABERES

6 A 10 DE NOVEMBRO DE 2017



A Lei da Reforma Psiquiátrica nº 10.216 de 06 de abril de 2001, traz em seu artigo 4ª que “A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes”, o que muitas vezes não é o que acontece. Para Alves (2009) existem duas formas de pensar o cuidado de pessoas que fazem uso problemático de drogas, a partir do proibicionismo e da redução de danos. O proibicionismo centra-se na ideia de redução de consumo e oferta de substâncias psicoativas e o tratamento é feito a partir da abstinência total e imediata. Em contrapartida, temos visto surgir no campo da saúde práticas que objetivam a qualidade de vida das pessoas que fazem uso de drogas, com o intuito de abordar o tema por outras vias que não as da violência e segregação, surge assim a Redução Danos (RD). A RD é um conjunto de práticas que visa ajudar usuários de drogas a melhorar sua condição de saúde, diminuindo o consumo gradualmente ou informando o uso correto da substância utilizada pelo indivíduo (NARDI; RIGONI, 2005). Muitas pessoas não conseguem ou não tem o desejo de parar o uso da droga, a RD respeita as decisões do usuário pensando que o mesmo deve ter a autonomia de sua própria vida. A RD não entende que a solução da dependência química seja a abstinência, mas busca, com estratégias e práticas, orientar o usuário a melhorar sua saúde, sendo que em alguns casos a abstinência é consequência de um longo trabalho. Entende-se que a RD não é aplicável a todos os casos de dependência, assim como as formas tradicionais de tratamento, como as internações hospitalares. No entanto, se a RD for uma estratégia utilizada pelas equipes de saúde da atenção básica, a mesma pode prevenir que casos extremos cheguem aos hospitais psiquiátricos. Ter um olhar mais humanizado e entender os motivos que levaram ao consumo de drogas é uma prática recente e ainda não aceita por muitos. A RD busca reativar a autonomia do usuário e fazer com que o mesmo seja o protagonista do próprio tratamento. Por ser uma prática voltada para a humanização do cuidado e da autonomia do indivíduo, vê-se a importância da mesma, pois é uma política reconhecida internacionalmente e tem demonstrado resultados significativos, se for comparada com outros tratamentos (NARDI; RIGONI, 2005)

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Diante do exposto, compreendo que o espaço oferecido pelo PET-Saúde GraduaSUS oportunizou minha inserção na saúde pública e no âmbito da saúde mental, proporcionando conhecer e problematizar novos fazeres da Psicologia. Ainda, concluo que a RD está prevista na Lei da Reforma Psiquiátrica e deve ser aplicada como estratégia de cuidado, tendo em vista seu objetivo de garantir a autonomia do usuário.

REFERÊNCIAS:

IV SEMANA DO CONHECIMENTO

COMPARTILHANDO E FORTALECENDO
REDES DE SABERES

6 A 10 DE NOVEMBRO DE 2017



ALVES, Vânia Sampaio. Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas. Cad. Saúde Pública: Rio de Janeiro, 25(11):2309-2319, nov, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3558/1/02.pdf>. Acesso em 12 de ago. de 2017.

BRASIL, Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Presidência da República: Brasília, DF, 06 de abril de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm . Acesso em: 21 de out. de 2017.

NARDI, Henrique Caetano; RIGONI, Rafaela de Quadros. Marginalidade ou cidadania? a rede discursiva

NÚMERO DA APROVAÇÃO CEP OU CEUA (para trabalhos de pesquisa): Número da aprovação.

ANEXOS:

Poderá ser apresentada somente uma página com anexos (figuras e/ou tabelas), se necessário.